



XIV CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS

II Congreso Colombiano de Costos y Gestión

*Los costos y la gestión en la ruta
de la innovación y el conocimiento!*

DISPOSIÇÃO A PAGAR PELO ENSINO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: UMA APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO CONTINGENTE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Autores:

Wolney Resende de Oliveira
(Centro Universitário UDF)
wolneyreoli@gmail.com

Fátima de Souza Freire
(Universidade de Brasília - UnB)
ffreire@unb.br

Henrique Neuto Tavares
(ICESP – Faculdades Promove de Brasília)
henrytavares@gmail.com

Área temática:

Costos y gestión en perspectiva sectorial

Metodología aplicada:

M2 – De caso /Estudio de campo

Medellín, Colombia, Septiembre 9, 10, 11 de 2015

Convocan:



FACULTAD DE
CIENCIAS ECONÓMICAS
DEPARTAMENTO DE
CIENCIAS CONTABLES



Resumo

Este trabalho avaliou quanto, em termos monetários, os discentes do curso de ciências contábeis da universidade de Brasília (UnB) estariam dispostos a pagar pela estrutura educacional disponível. Com o intuito de encontrar respostas à problemática estabelecida foi utilizado o método de valoração contingente (MVC) considerando a disposição a pagar (DAP). Para a DAP na modalidade *open-ended* foi encontrado um valor médio de R\$ 600,00. Sob a ótica da DAP na modalidade referendo o valor calculado foi de R\$ 978,82. A partir destes valores, pode-se dizer que os discentes com disposição a pagar pelo referendo, poderiam ser realocados em faculdades particulares do DF caso a UnB deixasse de existir. Em outra perspectiva, os valores da DAP, considerando o custo-aluno, não cobririam os custos com o curso de ciências contábeis na UnB caso fosse pago. Este estudo esteve restrito ao levantamento da DAP somente no curso de ciências contábeis da UnB.

Palavras-chave: Mensuração, Valoração contingente, *Open-ended*, Referendo, Disposição a pagar.

1 – Introdução

O Método da Valoração Contingente (MVC) procura mensurar diretamente a variação do bem-estar dos indivíduos decorrente de uma variação quantitativa ou qualitativa dos bens. Logo, a ideia básica do MVC é de que as pessoas têm diferentes graus de percepção em sua preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços e essa manifestação se apresenta quando elas, por exemplo, vão ao mercado e pagam quantias específicas por estes bens/serviços (NOGUEIRA *et al.*, 1998; GONÇALVES *et al.*, 2011).

O MVC, por meio da aplicação de suas técnicas, faz uso de questionários e análises estatísticas para captar diretamente os valores individuais ou coletivos de uso e não-uso que as pessoas atribuem a um bem ou serviço específico. Neste capítulo, serão utilizados dois tipos de questionários com o objetivo de captar a disposição a pagar dos discentes do curso de ciências contábeis da universidade de Brasília (UnB), a saber: *open-ended* e referendo.

O primeiro organismo a estruturar formalmente o MVC foi o *National Oceanic and Atmospheric Administration*¹ (NOAA). O NOAA possui papel fundamental no aprimoramento da técnica de valoração contingente e no seu reconhecimento como método capaz de valorar um bem caso ele deixe de existir (MOTTA, 1997). Pois, por meio de uma recomendação do presidente dos Estados Unidos da América após um grande acidente com um petroleiro da empresa *Exxon Corporation* no final dos anos 80, os especialistas da NOAA receberam a incumbência de apresentar um guia técnico de aplicação do MVC de modo a garantir a máxima confiabilidade dos resultados obtidos com a sua utilização (BATERMAN e WILLIS, 2006). O NOAA é uma organização vinculada ao Departamento de Comércio estadunidense e é responsável por estudar os eventos climáticos e as interações oceânicas advertindo a respeito dos perigos naturais (ARROW *et al.*, 1993).

Na literatura, as técnicas de aplicação do MVC estão, principalmente, representadas pelo relatório do painel NOAA sobre avaliação contingente elaborado por Arrow *et al.* (1993) no contexto internacional e no manual para valoração econômica de recursos ambientais elaborado por Motta (1997) no cenário nacional. As duas fontes, tornaram-se uma referência para aplicação do método em suas mais diversas aplicações de valoração, em se tratando de bens e serviços à disposição do usuário.

A partir da percepção da possibilidade de discussão do presente estudo, e com o uso das técnicas previstas para mensurar valores considerando a disposição a pagar para utilização

¹ A construção deste relatório foi liderada por dois Prêmios Nobel de Economia, Robert Solow e Keneth Arrow.

de um bem ou serviço, este trabalho encontra o seguinte problema de pesquisa sob dois vieses possíveis: **quanto, em termos monetários, os discentes do curso de ciências contábeis da UnB estariam dispostos a pagar para usufruir do serviço educacional e do apoio estrutural existente hoje no campus? E caso este serviço e esta estrutura pudessem ser melhorados, a disposição a pagar aumentaria?**

Uma das características dos bens e serviços públicos, inclusive na educação, é a ausência de um mercado que possibilite a determinação de um preço que forneça uma sinalização da utilização deste recurso. Nestas condições, Motta (1997) sugere o uso do MVC como ferramenta de mensuração para o valor a ser estimado. Porém, é preciso ressaltar que no caso das IFES existe um mercado “paralelo”, sendo possível a atribuição de valores por comparação simples, as instituições de ensino superior privado (IES). A grande vantagem do MVC, em relação a qualquer outro método de valoração, é que ele pode ser aplicado em um espectro de bens e serviços amplo (MOTTA, 1997).

Na década de 90 houve um grande debate sobre a validade do MVC em fornecer estimativas econômicas sobre o valor que indivíduos e a sociedade dão a recursos passíveis de valoração, mesmo que nunca sejam usados diretamente, considerando seu valor de uso passivo (HARRISON, 1992). Entretanto, assim como qualquer outro método científico, o MVC deve seguir alguns princípios que estão sendo estabelecidos pela literatura especializada para que se aumente sua confiabilidade e validade como instrumento de mensuração aceito.

Assim, justifica-se o presente estudo pela carência de pesquisas relacionando o MVC ao processo de prestação de serviço educacional no âmbito público, sob o ponto de vista do usuário. Como Motta (1997) afirma em seu manual, a aplicação do MVC abrange um amplo espectro de possibilidades. Deste modo, este estudo ganha relevância no sentido em que avalia a DAP do usuário sob outra perspectiva: a de quem usa o serviço prestado.

Este estudo está delimitado à Universidade de Brasília - UnB em razão da sua importância no contexto nacional da educação superior e por ter contribuído sistematicamente com um estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, em 2002, no propósito de levantar informações gerenciais e gerar indicadores que fossem capazes de retratar os aspectos relevantes do desempenho das IFES, no que diz respeito aos custos que são gerados. Além de importantes trabalhos para a área de custos públicos, como o Manual (modelo de apuração de custos da UnB) de autoria e organização de Silva e Miranda (2005) onde, a partir da estrutura da UnB, evidenciou-se um modelo de apuração de custos que pode ser aplicado por outras IFES na consecução de seus objetivos, qual seja melhorar a qualidade nos gastos públicos.

Como forma de ajustamento do modelo e ganho de conhecimento na aplicação da técnica em serviços de educação pública, optou-se em um primeiro momento avaliar por meio da pesquisa somente a DAP dos discentes do curso de Ciências Contábeis.

2 – Referencial teórico

2.1 - A Educação como um bem público

A promulgação da Carta Magna de 1988 inseriu a ideia de qualidade como item fundamental a ser considerado na criação de políticas públicas educacionais. Nota-se que o Brasil, da mesma forma que vários outros Estados contemporâneos, sofreu importante influência da positividade dos direitos fundamentais, estando incluso neste espectro a educação, no certame jurídico. Dallari (2004) define que fundamentais são os direitos do homem que são aceitos de forma inviolável, intemporal e universal. Por este motivo podem ser considerados direitos supraconstitucionais², ou seja, perpassam até mesmo a Constituição (GOMES e MAZZUOLI, 2010).

A educação é um direito que permeia a possibilidade de garantir outros direitos. Desse modo, a necessidade de massificar a educação de qualidade mostra-se como um dos principais desafios no caminho para a concretização de um Estado social e democrático. Por esta razão, nos dias atuais, é possível entender a educação como um “bem público”, ou seja, um direito fundamental que desemboca em um dever do Estado de realizar determinadas políticas (entre as quais está a de avaliação), com o objetivo de sua efetiva realização. Esta concepção exige o entendimento da educação como um serviço público prestado, de titularidade estatal, ainda que seja prestado por particulares. Como aponta Sundfeld (2001), a prestação de tais serviços [os sociais – incluindo a educação] é obrigação do Estado, tendo os indivíduos o direito garantido de usufruí-los. O objetivo do Constituinte, ao outorgar tais competências ao Poder Público, não foi o de reservá-las, mas sim obrigar a seu exercício (DOTTA, 2008).

² As normas supraconstitucionais são aquelas intocáveis pelas Constituições dos Estados, por dizerem respeito a interesses maiores que os próprios interesses constitucionais e estatais. Não obstante, são elas ainda de difícil visualização no plano do direito interno, especialmente nos países cuja tradição é arraigada à ideia de soberania absoluta da Constituição (GOMES e MAZZUOLI, 2010).

2.2 - Método da valoração contingente

O MVC, de acordo com Nogueira *et al.* (1998) e Gonçalves *et al.*, (2011), evidencia que [...] a sua ideia básica é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços e isso se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Isto é, ao adquiri-los, elas expressam sua disposição a pagar por esses bens ou serviços. Isso evidencia o caráter experimental desse método. Seguindo este raciocínio, Pearce (1993) orienta em “obter as preferências através de um questionário” nas modalidades que melhor reflitam o estudo. O MVC mensura as preferências do consumidor em situações hipotéticas diferentemente do Método do Custo de Viagem (MCV), que avalia o comportamento do consumidor em situações reais. Nesta pesquisa, utilizar-se-á a aplicação dos questionários *open-ended* e referendo.

Hanley e Spash (1995) apontam que, para a aplicação do MVC exige-se a estruturação cuidadosa de um mercado hipotético, que fornecerá as razões para o pagamento de um bem ou serviço. Esse mercado, apesar de seu caráter, precisa se aproximar ao máximo de um mercado real. Desta forma, por meio de aplicação de uma técnica de coleta de dados de questionário a uma amostra de indivíduos, obtêm-se indicações de como eles “valoram” aquele bem ou serviço.

Partindo do pressuposto de que as pessoas têm diferentes graus de preferências ou gostos por diferentes bens ou serviços, podendo se manifestar quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles, o MVC parte da ideia base de que, essas, ao adquiri-los, expressam sua disposição a pagar (DAP) por esses bens ou serviços. A operacionalização do MVC acontece por meio da aplicação de questionários cuidadosamente elaborados de maneira a obter das pessoas os seus valores de DAP (PEARCE, 1993).

Motta (1997) apresenta uma sequência de procedimentos requeridos para a pesquisa de campo na aplicação do MVC. Assim, ele divide esses procedimentos estimativos em dois estágios:

- a) 1º Estágio: definição da pesquisa e do questionário;
- b) 2º Estágio: cálculo e estimação.

Quanto à medida de valoração, há duas variações básicas:

- a) A disposição a pagar (DAP); e,
- b) A disposição a aceitar (DAA).

A primeira diz respeito ao pagamento para medir a variação positiva de disponibilidade. A segunda trata da compensação por uma variação negativa. A divergência entre DAP e DAA não se configura apenas pela utilidade marginal decrescente da renda das curvas de demanda DAA. O que se percebe é que, na literatura, há uma preferência pelo uso da DAP (MOTTA, 1997), o que não torna inválido o uso da outra. Neste trabalho será calculado o valor da DAP, já que se procura descobrir o valor a ser pago por um serviço.

Uma das vantagens do uso do método de valoração contingente relaciona-se ao fato da obtenção de dados por meio das respostas das pessoas sobre a situação hipotética apresentada. Dentre os pontos fortes do MVC, constata-se a credibilidade existente sobre o método, pois os estudos de valoração contingente podem gerar cálculos suficientemente confiáveis, sendo utilizado em diversas pesquisas. Além disso, verifica-se que é um método flexível, com capacidade de mensuração de, praticamente, qualquer bem ou serviço. (STAMPE *et al.*, 2008).

Ressalta-se, ainda, que este estudo utilizará uma forma de avaliar a disponibilidade dos discentes do curso de ciências contábeis da UnB de pagar pelo uso da prestação de serviço educacional, a partir do método *open-ended*, com base na média obtida por meio deste, e do referendo, buscando valorar, a DAP atribuída por esses discentes. O entrevistado, nesse caso, é induzido a revelar sua DAP por meio dos serviços apresentados nos cenários hipotéticos. Desta forma, os resultados obtidos serão analisados sob o ponto de vista da inferência estatística, não descartando a possibilidade da presença de ancoragem nas respostas que serão coligidas nos instrumentos criados para valorar a DAP dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UnB (GREEN *et al.*, 1998).

2.3 - Heurística da ancoragem

O termo heurística³ advém da área de investigação hoje conhecida como heurísticas e vieses, que a partir das décadas de 1950 e 1960 vem sendo trabalhada pela Psicologia. Desde essa época os estudiosos tentam demonstrar que os julgamentos humanos são menos coerentes que modelos matemáticos como aquele proposto pelo Teorema de *Bayes* (TONETTO *et al.*, 2006).

As pesquisas nesse campo do conhecimento surgiram com dois psicólogos israelenses provindos da Universidade Hebraica de Jerusalém. Daniel Kahneman e Amós Tversky

³ Heurísticas são como atalhos de pensamento que o cérebro usa para identificar e interpretar rapidamente padrões no ambiente e guiar as ações.

escreveram em 1974 o artigo *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases* no qual enfatizam os vieses e heurísticas que afetam o tomador de decisão, quando frente à incerteza.

Segundo Kahneman e Tversky (1974) quando fornecidos pontos de partidas na análise decisória, as estimativas tendem a ser enviesadas em direção aos valores iniciais. É importante salientar que a pesquisa dos psicólogos israelenses afirma que a ancoragem acontece não somente quando o ponto de partida é dado ao sujeito, mas também quando o sujeito embasa sua estimativa sobre alguma experiência anterior.

Mussweiler e Strack (2001) afirmam que a ancoragem pode ser uma das influências mais notáveis em julgamentos e tomadas de decisões, pois as demonstrações dos efeitos da ancoragem são abundantes em vários domínios nos estudos de julgamento.

3 – Aspectos metodológicos

3.1 - Análise da aplicação do MVC

3.1.1 - Questionário open-ended

No primeiro questionário na concepção da DAP inicial, pautado na técnica *open-ended*, a resposta será um determinado valor X. Esta resposta gerará para o segundo questionário uma variável contínua de lances a partir das melhorias captadas no questionário avaliativo. De acordo com Motta (1997), por meio da sua média será possível calcular a DAP.

O cenário atual foi o ponto de partida para os lances realizados nos cenários hipoteticamente criados para capturar a DAP do discente no referendo. As respostas obtidas para todos os cenários, respeitando a metodologia do MVC, caracteriza-se por resposta do tipo sim/não, pois o modelo econométrico baseia-se em *Logit* (estrutura binária). Assim, o primeiro e o segundo cenários retratou as necessidades condicionadas à estrutura que foram observadas pelos discentes conforme escala de ocorrência apurada na aplicação do questionário na modalidade *open-ended*. No terceiro e o quarto cenários, considerou-se a hipótese de melhorias educacionais agrupada com as condições de estrutura conforme orienta o MVC (MOTTA, 1997) no processo de criação das ofertas para os lances. No fim do bloco II do questionário referendo, abriu-se a possibilidade do respondente oferecer um novo valor a partir da DAP encontrada no *open-ended*.

Assim, considerando a média, a mediana e a moda, optou-se por utilizar um valor inteiro para oferecer o lance inicial no questionário referendo. Desta forma, o valor inteiro

utilizado foi de R\$ 600,00, o que chamar-se-á de DAP por *open-ended* no contexto da pesquisa.

3.1.2 - Questionário Referendo

No Quadro 01 são apresentadas as variáveis com suas denominações criadas para ingressar no modelo *Logit* utilizando o *software* estatístico *Gretl* em sua versão 1.9.14. As especificações seguem um ordenamento binário considerando o modelo *Logit*.

Quadro 01 – Denominação e especificação das variáveis

VARIÁVEIS		ESPECIFICAÇÃO		
		1	0	
DEPENDENTES	CENÁRIO 1 LANCE 700,00	CEN1	SIM	NÃO
	CENÁRIO 2 LANCE 800,00	CEN2	SIM	NÃO
	CENÁRIO 3 LANCE 900,00	CEN3	SIM	NÃO
	CENÁRIO 4 LANCE 1.000,00	CEN4	SIM	NÃO
INDEPENDENTES	GÊNERO	GEN	MASCULINO	FEMININO
	ESTADO CIVIL	ESTCIV	SOLTEIRO	OUTROS
	IDADE	IDADE	DE 16 A 20	ACIMA DE 20
	SEMESTRE EM CURSO	SEMES	ATÉ O 5º	A PARTIR DO 5º
	JÁ POSSUI GRADUAÇÃO?	GRAD	SIM	NÃO
	RENDA	RENDAIF	Menor ou igual a cinco	Maior que cinco

	INFORMADA (INDIVIDUAL OU FAMILIAR)		salários mínimos.	salários mínimos.
	NATURALIDADE	NATURA	Brasília	Outros

Fonte: Elaboração própria com apoio das pesquisas de Castelar *et al.*, (2007); Liao e Chiang (2008) e Blomquist *et al.* (2009).

No quadro 02 estão relacionadas as variáveis independentes com a sua devida correlação esperada para a variável dependente nos cenários 1, 2, 3 e 4.

Quadro 02 – Sinal esperado das variáveis independentes.

VARIÁVEIS		SINAL ESPERADO
GÊNERO	GEN	NEGATIVO
ESTADO CIVIL	ESTCIV	NEGATIVO
IDADE	IDADE	NEGATIVO
SEMESTRE EM CURSO	SEMES	NEGATIVO
JÁ POSSUI GRADUAÇÃO?	GRAD	POSITIVO
RENDA INFORMADA (INDIVIDUAL OU FAMILIAR)	RENDAIF	NEGATIVO
NATURALIDADE	NATURA	POSITIVO

Fonte: Elaboração própria com apoio das pesquisas de Castelar *et al.*, (2007) e Pugas (2006).

De acordo com os argumentos apresentados para construção do modelo econômico nesta pesquisa, com o uso do MVC, a partir do levantamento da DAP, para os discentes constantes da amostra do curso de Ciências Contábeis da UnB, as variáveis apresentadas no quadro 03 fazem parte do modelo geral⁴ para encontrar a DAP da seguinte forma:

$$DAP = \beta_0 + \beta_{CEN01}.700 + \beta_{CEN02}.800 + \beta_{CEN03}.900 + \beta_{CEN04}.1000$$

A proporção de cada cenário foi encontrada pelo seguinte modelo⁵ (WOOLDRIDGE, 2010, p. 536):

$$\alpha = \alpha_0 + \alpha_1.GEN + \alpha_2.ESTCIV + \alpha_3.IDADE + \alpha_4.SEMES + \alpha_5.GRAD \\ + \alpha_6.RENDAIF + \alpha_7.NATURA$$

Com a aplicação do modelo econométrico, calculou-se uma DAP do discente do curso de Ciências Contábeis da UnB na ordem de R\$ 978,82. Contudo, este valor representa apenas a disposição a pagar dos discentes que aceitaram os cenários que foram propostos, é a chamada DAP Espontânea (MOTTA, 1997).

4 – Análise de resultados

No quadro 05, encontram-se as proporções dos discentes que aceitaram cada cenário que foi proposto no questionário referendo. Nas médias dos percentuais encontrados, aproximadamente 34% dos discentes aceitariam pagar o curso caso tivesse que ser pago. E, 66% não estariam dispostos a pagar qualquer quantia pela oferta do curso em um cenário hipotético de pagamento. Uma das justificativas presentes nesta pesquisa como possível fator de explicação comportamental para o índice de negação dos cenários propostos é a ancoragem presente no questionário referendo conforme alerta Green *et al.* (1998) em sua pesquisa. A ancoragem presente no referendo pode ser explicada pela heurística da ancoragem abordada no referencial teórico. Outro ponto que pode ser abordado para explicar a não aceitação, é o viés hipotético; onde a hipótese criada pode ser considerada infundada pelo respondente. Esta âncora pode estar arraigada na ideia de que a UnB é uma universidade pública e gratuita, sendo a educação considerada um bem público.

⁴ Modelo desenhado com apoio das pesquisas de Castelar *et al.*, (2007); Liao e Chiang (2008), Blomquist *et al.* (2009) e Pugas (2006).

⁵ Modelo desenhado com apoio das pesquisas de Castelar *et al.*, (2007); Liao e Chiang (2008), Blomquist *et al.* (2009) e Pugas (2006).

Sundfeld (2001) aponta que a prestação dos serviços considerados sociais – incluindo a educação - é obrigação do Estado, tendo os indivíduos o direito garantido de usufruí-los.

Desta forma, parece ser plausível a âncora observada no contexto da aplicação do questionário referendo, considerando as respostas obtidas no gráfico 01 que agrupa e compara as razões que levou o discente a escolher a UnB, sendo o fato de ser pública e gratuita a mais lembrada.

O cenário 01, desenhado hipoteticamente para oferecer ao discente “novas condições”, fundamentou-se por prioridades nos problemas levantados pelos discentes no questionário *open-ended*, este cenário tem propriedades mais voltadas para a percepção estrutural do campus. O cenário 01 obteve um pouco mais que 40% de aceitação dos respondentes considerados válidos na amostra conforme o quadro 08. O cenário 02 obteve aproximadamente 38% de aceitação no lance conforme o quadro 08. No cenário 02, foi oferecido além de uma melhor estrutura, maior segurança no campus. Os cenários 01 e 02 são cenários que estão alojados em uma percepção literalmente estrutural. Em nenhum dos dois casos foi oferecida melhora na educação.

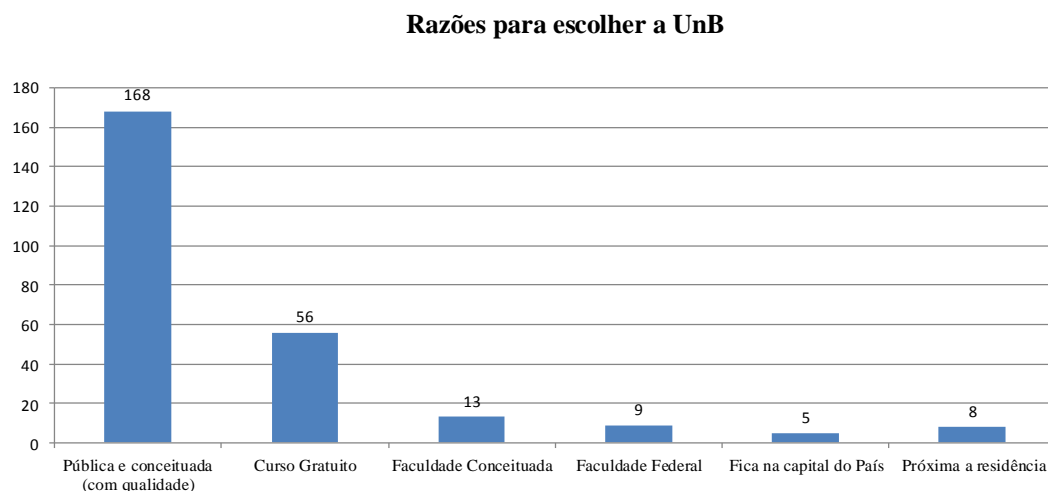
No cenário 03, partiu-se do princípio que a estrutura já deveria ser considerada *desejável*⁶ para o bom andamento das atividades acadêmicas, proporcionando um mínimo de conforto e segurança para os discentes. Assim, o cenário 03 apresentou uma aceitação no lance em aproximadamente 32% dos discentes respondentes da amostra válida conforme o quadro 08. E o cenário 04 que, além da qualificação docente oferecida no cenário 03, foi ainda acrescentado melhores instalações de laboratório e biblioteca com uma infraestrutura mais adequada para a UnB, obteve uma aceitação da proposta em 24% das respostas válidas conforme o quadro 05.

Para os cenários 03 e 04 esperava-se maior aderência dos respondentes, pois além da estrutura mínima desejada, foi oferecido, ainda, ensino com melhor qualidade. Infere-se neste caso, por tão baixa aceitação, que a ancoragem esteve presente no momento de preenchimento do questionário referendo conforme já previa Green *et al.* (1998) em sua pesquisa. Existe a possibilidade do discente já ter começado a responder o questionário referendo com a âncora de que ele está em uma universidade pública e gratuita e que esta opção foi feita por ele dentro desta condição, além da qualidade em ensino que também é procurada de acordo com

⁶ Por inferência do que foi coletado na aplicação do questionário *open-ended*, o discente considera como desejável sala de aula com mais conforto, banheiros limpos, segurança nos estacionamentos, biblioteca com melhor infraestrutura para citar os mais lembrados conforme mostra o gráfico 01.

as respostas levantadas na aplicação do questionário *open-ended* conforme mostra o gráfico 01.

Gráfico 01: Razões que mais apareceram para justificar a escolha da UnB.



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 05: Lances aceitos a partir de cada cenário para a amostra eleita.

	ACEITA	%	NÃO ACEITA	%	TOTAL
CENÁRIO 01 R\$ 700,00	195	40,63%	285	59,38%	480
CENÁRIO 02 R\$ 800,00	182	37,92%	298	62,08%	480
CENÁRIO 03 R\$ 900,00	153	31,88%	327	68,13%	480
CENÁRIO 04 R\$ 1.000,00	117	24,38%	363	75,63%	480

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na tabulação do questionário referendo.

A não aceitação dos lances ofertados em cada cenário ultrapassou na média em aproximadamente 66% das respostas aos cenários. Neste sentido, o efeito ancoragem pode ter afetado substancialmente as respostas marcadas no questionário referendo. A heurística da ancoragem se torna perceptível quando um valor inicial é prontamente tido como referencial na predição de estimativas valorativas. Associada à teoria do bem público, que permeia a gratuidade, a ancoragem pode ter assumido papel relevante nas respostas obtidas nesta pesquisa. Assim, o respondente pode ter assumido o valor zero em razão dos fatores apresentados no gráfico 01 onde é indicado o volume de razões da escolha realizada em cursar um nível superior na UnB, ou ainda, a adoção da DAP encontrada por *open-ended* que foi o

lance do cenário atual (R\$ 600,00). Porém, esta investigação não fez parte dos objetivos desta pesquisa.

Infere-se, ainda, por contagem simples (STEVENSON, 2001) da amostra do questionário referendo, que os discentes dispostos a pagar por um dos cenários propostos de acordo com a tabulação dos dados tem o seguinte perfil: está na faixa etária entre 21-30 anos, do sexo masculino, solteiro com renda individual acima de R\$ 3.418,60, matriculado entre o terceiro e o sexto semestre, natural de Brasília e cursando a primeira graduação. Deste modo, responde-se ao primeiro objetivo específico desta pesquisa considerando ainda o quadro 08.

Para Kahneman e Tversky (1974), em muitas situações de incerteza os decisores fazem estimativas a partir de um marco inicial (zero ou DAP *open-ended*), que é ajustado levando à resposta final. As âncoras podem aparecer de diversas formas, parecendo tão simples e inócuas como um simples lance inicial dado em pesquisa com questionário do tipo referendo ou apenas com o conceito já introjetado de bem público e gratuito assumido pelo discente no ingresso na UnB (HAMMOND *et al.*, 2004). A ancoragem pode ainda estar embutida nas palavras que definem o problema a ser resolvido ainda que se tenha tratado e planejado o questionário. Um dos tipos de âncora mais habituais é um fato passado ou uma tendência que o respondente “carrega”. Especificamente para os discentes que compuseram a amostra na modalidade do questionário referendo, a ideia do “zero” a pagar pelo ensino público federal pode ter sido considerado no momento da escolha dos cenários gerando um número representativo de não aceitação para os cenários em geral como expõe o quadro 08.

4.1 - Extrapolações considerando a DAP encontrada

Para realizar este exame a partir dos resultados encontrados, buscou-se remeter ao referencial teórico e ao material suporte utilizado nesta pesquisa no que tange aos bens públicos e especificamente à educação como tal. Assim, retratam-se por suposição, nesta seção, algumas extrapolações realizando inferências com a finalidade de melhor interagir com os objetivos desta pesquisa e as possíveis discussões que tenham como cabo a valoração do ensino contábil na UnB a partir da visão do usuário. Não obstante, é importante ressaltar que a não existência da prestação do serviço público como forma de massificar o conhecimento foi considerada para realizar os possíveis cenários expostos na condução do pensamento.

4.2 - Extrapolações considerando as IES particulares

Considerando a DAP encontrada com a aplicação dos métodos *open-ended* e referendo (modelo *Logit*) pode-se inferir algumas situações para efeitos de comparação dos resultados encontrados com o mercado existente das Instituições de Ensino Superiores Particulares (IES) no contexto da prestação de serviços na educação. As IES utilizadas para realizar a comparação constam no *ranking* do guia do estudante para as melhores faculdades de 2013.

O guia utiliza estrelas para classificar as instituições utilizando-se da avaliação de itens objetivos, como: instalações físicas e titulação dos docentes. Os itens utilizados pelo guia foram citados no questionário *open-ended* e empregados, também, para criar os cenários no questionário referendo. Aqui se justifica o uso do *ranking* do guia para comparação.

As estrelas são atribuídas em quantidades a partir de 3 até 5, porém existem no *ranking* as instituições “não-estreladas”. Há que se destacar que nenhuma instituição particular do Distrito Federal (DF) recebeu 5 estrelas considerando a análise realizada pelo periódico. Deste modo, para garantir uma paridade em termos comparativos, utilizou-se apenas as instituições particulares do DF com 3 ou 4 estrelas como mostra o quadro 06.

QUADRO 06: Valor de mensalidades das IES no DF.

	Investimento(R\$)**
Federal (★★★★★)*	
UnB - Universidade de Brasília	
Particulares (★★★★)*	
Faculdade Projeção (Taguatinga)	R\$ 633,00
UDF - Centro Universitário	R\$ 651,17
Particulares (★★★)*	
CEUB - Centro Universitário de Brasília	R\$ 1.179,35
UCB - Universidade Católica de Brasília	R\$ 1.140,60
Unieuro - Centro Universitário	R\$ 610,00
UNIP - Universidade Paulista	R\$ 627,00
UPIS - União Pioneira da Integração Social	R\$ 740,67
FACIPLAC - Fac. Int. do Planalto Central (Gama)	R\$ 592,00

*Ranking criado pelo Guia do Estudante com divulgação quantificada por estrelas. Dados referentes ao ano de 2013.

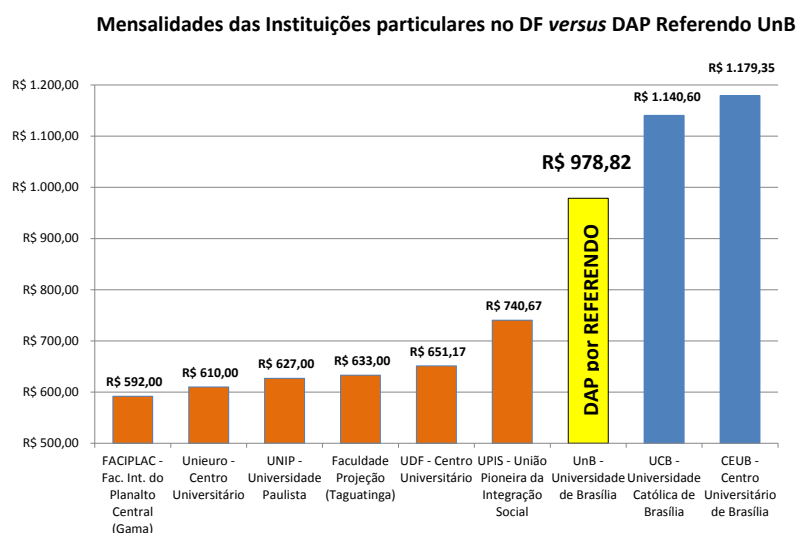
**Valores pesquisados junto às Instituições em janeiro 2014 referente às mensalidades de um semestre.

Fonte: Elaboração Própria.

Se, em uma situação hipotética, a UnB deixasse de existir e os discentes precisassem ser realocados nas instituições privadas do DF⁷, boa parte dos discentes participantes da amostra conforme quadro 01 da seção 4.1 desta pesquisa, considerando a DAP pelo método *open-ended* (R\$ 600,00), poderiam ser alocados nas seguintes instituições: Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC), e, por aproximação de valor, no Centro Universitário UNIEURO conforme dados e valores coletados e estruturados no quadro 06 que contempla os valores das mensalidades das IES do DF pesquisados em janeiro de 2014.

Para esta mesma situação, considerando a DAP pelo método referendo (R\$ 978,82), os discentes participantes da amostra poderiam ser alocados em seis das instituições pesquisadas, a saber: FACIPLAC, UNIEURO, Universidade Paulista (UNIP), Faculdade PROJEÇÃO, Centro Universitário UDF e na União Pioneira da Integração Social (UPIS) conforme mostra o gráfico 05 com os valores das mensalidades pesquisadas junto às Instituições em janeiro de 2014. A mesma situação pode ser observada ainda no gráfico 02, onde, tem-se o valor da DAP comparado de forma escalar com os valores de cada mensalidade pesquisada. A Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), não foram considerados para alocação, pois o valor da DAP encontrado pelo método referendo é menor que o valor das mensalidades das Instituições pesquisadas.

Gráfico 02: Comparativo dos valores de IES particulares no DF considerando a DAP no Referendo UnB.



Fonte: Elaboração Própria.

⁷ Considerando o ranking criado pelo Guia do Estudante e a quantidade de estrelas que cada uma recebeu ainda de acordo com o Guia.

Alinhado aos objetivos específicos da pesquisa, a DAP encontrada no *open-ended* (média) é superior a apenas uma instituição privada e inferior às sete instituições restantes conforme gráfico 05 apresentado e critérios de definição da amostra das IES particulares. Já a DAP encontrada no referendo (*Logit*) foi superior a seis instituições privadas e inferior a duas conforme expõe o gráfico 05 na metodologia adotada para classificação.

Ressalta-se que todas as instituições listadas no quadro 06 aceitam programas de financiamento da educação mantidos pelo governo federal. O Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) são mantidos e incentivados pelo governo com objetivo de massificar o ensino. E no cenário privado, o PRAVALER que é o considerado o maior programa de financiamento estudantil privado do país segundo informações no seu próprio portal também arrebanha discentes buscando realizar seus desejos de estudar para garantir uma vida profissional melhor.

O Plano Nacional de Educação, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e que vigorou no período de 2001 a 2010, determinando as ações e metas para a Educação Superior, foi objeto de continuidade e aprofundamento, no governo Lula da Silva. No documento, é indicada a meta de expansão deste nível de ensino, elevando a taxa de acesso aos jovens de 18 aos 24 anos dos atuais 12% para 30%, no prazo de cinco anos, o que culminou na adoção de um conjunto de medidas, entre elas o ProUni, por meio da concessão de bolsas de estudos, na iniciativa privada, a estudantes de baixa renda, o FIES e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece cursos à distância, especialmente na modalidade licenciaturas com o foco de interiorizar o ensino no Brasil, levando-o a populações com dificuldades de acesso ao nível superior. A possibilidade de financiar o estudo nas escolas particulares é uma medida com objetivo em desafogar as universidades públicas e permitir o acesso à educação de uma grande parte da população por meio dos programas. Pode ser considerada também uma forma de transferir recursos públicos às universidades privadas. Comparativamente pode-se dizer que é uma forma de privatização por caminho inverso (CHAUI, 2003).

4.3 - Extrapolações considerando a não existência.

Considerando os resultados encontrados pelo cálculo da DAP pode-se realizar uma outra análise ponderando os resultados da pesquisa realizada por Morgam (2004) e do modelo de apuração de custos da UnB organizado por Silva e Miranda (2005) em que ambas tratam do custo-aluno da UnB individualizado por faculdade.

O custo-aluno encontrado por Silva e Miranda (2005) nos anos de 2002, 2003 e 2004 foram respectivamente: R\$ 4.896,00, R\$ 4.137,00 e R\$ 4.542,00. Calculou-se a média simples destes valores encontrando o valor de R\$ 4.526,00. Os valores encontrados nos respectivos anos, ainda de acordo com Silva e Miranda (2005), não se mostraram crescentes, ocorrendo uma variação negativa de aproximadamente 16% no ano de 2003 e uma variação positiva no ano de 2003 em aproximadamente 10%. Como não seria possível o cálculo de um novo custo-aluno a partir do modelo de apuração de custos da UnB em função deste não ser o objetivo desta pesquisa, utilizou-se o valor da média encontrada dividido por doze para encontrar o valor mensal referente à época.

O valor mensal encontrado no valor de R\$ 377,08 foi atualizado por meio da calculadora do cidadão disponível no sítio do Banco Central do Brasil (BACEN) considerando a taxa de juros básica da economia (SELIC) de janeiro de 2005 até janeiro de 2014, definida pelo BACEN, que serve como referência para outras taxas de juros da economia brasileira. Desta forma, o valor auferido para o custo-aluno encontrado à época e atualizado pela taxa SELIC, trazendo-o aos dias atuais para efeitos de comparação seria na ordem de R\$ 1.028,54. Infere-se, a partir do valor atualizado, que o valor encontrado da DAP no referendo (R\$ 978,82) é menor que o valor de custo-aluno apurado considerando a metodologia encontrada nas pesquisas de Morgan (2004) e Silva e Miranda (2005).

Assim, a DAP do discente do curso de Ciências Contábeis da UnB, de acordo com os cálculos estatísticos, está abaixo do valor que a instituição efetivamente repassa em custo-ensino. Considerando um ambiente privado no prisma dos valores encontrados e do gerenciamento de custos, o discente do curso de Ciências contábeis da UnB deveria sofrer uma majoração de sua DAP em aproximadamente 5,1% para adequar ao valor atualizado pela SELIC e manter o cenário atual nas condições de ensino e estrutura. Se considerarmos o valor encontrado na DAP média levantada pela eliciação no questionário *open-ended* (R\$ 600,00), os discentes deveriam sofrer uma adequação de 71,4% no valor de sua DAP para adequar ao repasse que hoje seria realizado.

Pode-se ainda encontrar um valor mais próximo da realidade utilizando os percentuais encontrados por Morgan (2004) em sua pesquisa. Este estudo realizou uma abordagem metodológica consubstanciada no estudo do custo para universidades federais, culminado mais tarde em uma participação no manual – modelo de apuração de custos da UnB - organizado por Silva e Miranda (2005). A sua pesquisa teve como delimitação a UnB. Deste modo, encontrou em seu estudo que o custo total do ensino na UnB representa 29,06% das despesas orçamentárias totais (correntes e capital). Considerando ainda os resultado de seu

trabalho, o custo ensino para o discente da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA) da UnB onde está vinculado o curso de ciências contábeis representa 4,88% das despesas orçamentárias totais. Considerando o valor de despesas correntes e de capital da UnB de acordo com o relatório de gestão 2012, o custo aluno anual para o discente da FA seria aproximadamente R\$ 16.879,00 ou R\$ 1.407,00/mês guardadas as devidas proporções e distorções em relação às possíveis mudanças ocorridas nos cálculos e no cenário político/econômico nos últimos dez anos. Já que não é objetivo desta pesquisa recalcular o custo aluno levantado por Morgan (2004), mas tão somente comparar os valores atualizados pela SELIC sob vistas diferentes do ponto.

Atualizando este valor pela SELIC até janeiro de 2014 encontra-se um total de aproximadamente R\$ 1.523,00 para o custo aluno mês. Assim, considerando o valor encontrando da DAP no referendo na ordem de R\$ 978,82, ainda seria uma DAP abaixo do valor que custa para a UnB um discente da FA. O custo aluno atualizado por ponderação percentual seria maior que os valores mensais das instituições particulares privadas do DF conforme levantamento exposto no quadro 06. Há que se ressaltar que as instituições pesquisadas possuem 4 ou 3 estrelas de acordo com o guia do estudante para as melhores faculdades. Possivelmente, se a UnB, hipoteticamente, estivesse no mercado das IES particulares o valor poderia ser justificado por suas 5 estrelas considerando os critérios do guia do estudante. Supondo, ainda, um cenário privado, caso a instituição deixasse de ser pública, o discente do curso de ciências contábeis da UnB sofreria uma majoração na DAP referendo encontrada de aproximadamente 55,5% para pagar o valor de R\$ 1.523,00 levantado. Para a DAP *open-ended* calculada, o aumento a ser considerado ultrapassaria os 150% para alinhar ao valor atualizado pela SELIC. Logo, respondendo a uma das indagações realizadas nos objetivos específicos, os gastos da UnB com a formação dos discentes não seriam pagos tanto com a DAP referendo computada no valor de R\$ 978,82, quanto com a DAP *open-ended* avaliada em R\$ 600,00.

5 – Considerações finais

Esta pesquisa utilizou o MVC aplicando questionários na modalidade *open-ended* e referendo com o objetivo de verificar se o aluno do curso de ciências contábeis da UnB estaria disposto a pagar pelo seu curso caso tivesse que fazê-lo. E, caso fosse investir em uma mensalidade, quanto seria este valor considerando o cenário atual em que o discente está inserido (*open-ended*) ou se houver mudança neste cenário (referendo).

Com a aplicação dos instrumentos previstos no MVC, foi encontrado, por meio das respostas das amostras, que a DAP para a modalidade *open-ended* seria na ordem de R\$ 600,00. E, que, a DAP no referendo foi de R\$ 978,82. Porém, este resultado não foi encontrado para a maioria dos respondentes. Levantou-se que a não aceitação dos lances ofertados em cada cenário ultrapassou na média em aproximadamente 66% das respostas de cada cenário proposto. Neste sentido, o efeito ancoragem pode ter afetado substancialmente as respostas marcadas no questionário referendo. Já que a amostra discente deixou claro na aplicação do questionário *open-ended* que escolheu a UnB por ser uma universidade pública e de qualidade.

Logo, a resposta ao problema de pesquisa e, conseqüentemente, ao objetivo geral alinha-se na seguinte conclusão a partir da amostra estudada: o discente do curso de ciências contábeis da UnB não está disposto a pagar mensalidade caso tivesse que realizar este investimento em 66% dos casos na média para cada situação proposta. Porém para cada cenário sugerido, considerando as 480 respostas válidas para cada um, houve um número de discentes que aceitaram o lance, eis os números: no primeiro cenário, 195 discentes aceitaram o lance de R\$ 700,00; no segundo, 182 o lance de R\$ 800,00; no terceiro, 153 o lance de R\$ 900,00 e, por último, no quarto cenário, 117 aceitaram o lance.

Com relação aos objetivos específicos, verificou-se que o discente poderia ser influenciado pela idade e renda em sua resposta para cada cenário sugerido. Assim, o número de discentes que aceitaram cada cenário individualmente esteve próximo de 34% na média. Em função do valor da DAP encontrada nas duas modalidades, realizou-se uma comparação com os valores das mensalidades de IES particulares do DF com patamar de qualidade atribuído em 3 ou 4 estrelas de acordo com o guia do estudante para o *ranking* das universidades. Verificou-se que nem todos os discentes da UnB poderiam migrar para as IES do DF com a DAP que foi atribuída. Mais uma vez é importante lembrar que a heurística da ancoragem e a teoria do bem público podem ter afetado a resposta da amostra. Mas esta vertente não foi escopo desta pesquisa.

No que se refere aos valores investidos pela UnB no contexto do custo aluno, verifica-se pela DAP encontrada tanto no referendo quanto no *open-ended*, que a universidade não poderia financeiramente arcar com os custos dos discentes da amostra desta pesquisa. No caso do referendo a defasagem é na ordem de aproximadamente 5,1%, e no *open-ended* ultrapassa os 70% considerando a atualização do valor custo aluno de 2004 pela SELIC. Para o cenário da atualização por ponderação percentual, os ajustes seriam aproximadamente de 55,5% e 150% respectivamente. Desta forma, esgotam-se os objetivos específicos desenhados para apoiar o estudo.

Considerando as pesquisas anteriores relacionadas ao MVC para suportar a metodologia utilizada neste trabalho, este estudo avança no campo da valoração contingente de serviços públicos partindo do pressuposto que a educação é um bem público. Ressalte-se que não foi encontrado na literatura estudo que tenha calculado a DAP da prestação de serviço público na área educação com foco no usuário.

Ainda que o discente do curso de ciências contábeis em sua maioria não tivesse demonstrado disposição a pagar, calculou-se, por meio dos instrumentos consubstanciados pela literatura, a DAP espontânea, que representa o valor daqueles que aceitaram o cenário proposto. Como forma de contribuição à ciência, a partir desta percepção, é possível realizar outras discussões como a melhoria do ensino considerando as políticas públicas para os próximos anos. Deste modo, o valor da DAP encontrado é exposto à sociedade de forma que a discussão a respeito de uma educação de qualidade, no viés em que é possível ser considerada no âmbito das políticas públicas, possa extrapolar para outras IFES no País com base no valor orçamentário repassado. Coadunando os objetivos políticos a um direito descrito na carta magna brasileira, a educação.

Com o valor da DAP foi possível comparar o valor que a universidade investe no discente, o chamado custo aluno, com o valor que o usuário estaria disposto a pagar. Ficou evidenciado que hoje, em valores atualizados pela SELIC, a UnB investe no aluno de ciências contábeis um valor mais alto que efetivamente o discente estaria disposto a pagar pela única universidade de Brasília que figura entre as quinze melhores do País.

No campo das limitações metodológicas, este estudo esteve restrito ao levantamento da DAP somente no curso de ciências contábeis da UnB. Não há possibilidade de pensar no resultado obtido no contexto de outros cursos sem antes realizar a aplicação da metodologia equivalente. Já que os perfis dos discentes variam sobre medida de um curso para o outro e de uma área da ciência para outra. Não houve, ainda, a intenção de medir o grau de satisfação do

aluno ou da qualidade do curso, mas tão somente observar o valor encontrado da DAP para realizar inferências com base no método.

REFERÊNCIAS

ARROW, K.; SOLOW, R.; PORTNEY, P.; LEAMER, E. E.; RADNER, R.; SCHUMAN, H. **Report of the NOAA Panel on contingent valuation**, 1993. Disponível em: < <http://www.darrp.noaa.gov/library/pdf/cvblue.pdf>>. Acesso em: 23.11.2013.

Banco Central do Brasil - BACEN. **Calculadora do cidadão**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?CALCULADORA>>. Acesso em: 14.01.2014.

BATERMAN, I. J. WILLIS, K. G. **Valuing environmental preferences: theory and practice of the contingent valuation method in the US, EU , and developing countries**. New York: Oxford, 2006.

BATEMAN, I. J.; CARSON, R. T.; DAY. *et al.* Economic valuation with stated preference techniques: a manual. **Ecological Economics Journal**, v. 50, p. 155-156, September. 2002. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800904000588>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

BAZERMAN, M. **Judgment in managerial decision making**. 3. ed. New York: Wiley,1994. Berkson J. Application of the logistic function to bio-assay. **Journal of the American Statistical Association**, v. 39, n. 227, p. 357-365, 1944. Disponível em: < <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2280041?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103328372067>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BOGAARDS, R. **The economics of heritage: integrating the costs and benefits of heritage into government decision making**. Austrália: Nacional Work, 2007.

BLOMQUIST, G. C.; COOMES P. A.; JEPSEN, C.; KOFORD, B. C.; TROSKE, K. R. Estimating the Social Value of Higher Education: Willingness to Pay for Community and Technical Colleges. Lexington: IZA **Discussion Paper** No. 4086, 2009.

BRASIL, Lei n. 10.406/2002, **Código Civil**. Publicada no Diário Oficial da União. 11 jan. 2002.

CARNEGIE, Garry D.; WEST, Brian P. **Making accounting accountable in the public sector**. Critical Perspectives on Accounting. v. 16, n. 7, 2005, p. 905–928, 2005.

CARSON, Richard; FLORES, N.; MEADE, N. Contingent Valuation: Controversies and Evidence. **Environmental & Resource Economics**, v. 19, n. 2, p. 173-210, 2001.

CASTELAR, I.; ARAGÃO, A. W.; FERREIRA, R. T.; SOARES, I. Um modelo de escolha discreta para avaliação de desempenho em concursos públicos. In: Fórum BNB de Desenvolvimento/Encontro Regional de Economia, 12., 2007, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1485>>. Acesso em: 26.12.2013.

CHAPMAN, G.; JOHNSON, E. Anchoring, activation and the construction of value. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 79, n. 2, p. 115-153, 1999.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: Reunião Anual da ANPEd, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: ANPEd, 2003. p. 5-15.

DALLARI, D.A. **Um breve histórico dos direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DOMINICK, S.; DERRICK, R. **Statistics and econometrics**. 2. ed. New York: McGRAW-HILL, 2002.

DOTTA, A. G. A educação como um bem público tutelado pelo Estado mediante as políticas públicas de avaliação da qualidade. In: Congresso Nacional de Educação da PUCPR – Edição Internacional, 7., 2008, Curitiba, **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2008, p. 180-195.

GOMES, L. F.; MAZZUOLI, V. O. DIREITO SUPRACONSTITUCIONAL - **Do absolutismo ao Estado constitucional e humanista de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GONÇALVES, M; CÂMARA, M. R. G; ZAPAROLI, I. D; e RIDÃO, M.A. Estimativas da tarifa econômica a ser cobrada no mercado de água rural londrinense: valoração contingente. **A Economia em Revista**, v. 19. n. 2, p. 101-120, 2011.

GREEN, D.; JACOWITZ, E.; KAHNEMAN, D.; McFADDEN, D. Referendum Contingent Valuation, Anchoring, and Willingness to Pay for Public Goods. **Resource and Energy Economics**, v. 20, n. 2, p. 85-116. 1998.

GUIA DO ESTUDANTE. **Os 15 melhores cursos de ciências contábeis do Brasil**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/melhores-faculdades/category/ciencias-contabeis/>>. Acesso em: 09 de jan. 2014.

_____. **Ranking de estrelas**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/?qu=Digite%20o%20curso%20e/ou%20a%20universidade>>. Acesso em: 09 de jan. 2014.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2006.

HAMMOND, J. S.; KEENEY, R. L.; RAIFFA, H. **Decisões inteligentes: somos movidos a decisões – como avaliar alternativas e tomar a melhor decisão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HANLEY, N.; SHOGREN, J. F.; WHITE, B. **Environmental economics: in theory and practice**. New York: Oxford University Press, 1997.

HANLEY, N. D.; SPASH, C. L. Preferences, information and biodiversity preservation. **Ecological Economics**, v. 12, n. 3, p. 191-208, 1995.

HARRISON, G. W. Valuing public goods with the contingent valuation method: A critique of Kahneman and Knetsch. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 23, n. 3, p. 248-257, 1992.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

LIAO, C. N.; CHIANG, L. Valuation of IT Courses – A Contingent Valuation Method Approach. **Educational technology & society**, v. 11, n. 1, p. 238-247, 2008.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: Teoria e aplicações usando microsoft excel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LUPPE, Marcos Roberto. **A heurística da ancoragem e seus efeitos no julgamento: decisões de consumo**. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de administração pública**, v. 44, n. 4, p. 791-820, 2010.

McDANIEL, C. D.; GATES, R. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2004.

MARION, J. C.; ROBLES JR., A. A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil. **Revista Conselho Regional de Contabilidade**, São Paulo, ano 1, n.5 p. 38-45 julho, 1998.

MAZZA, A. **Manual de direito administrativo**. 2ª ed. Brasília: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1998.

MORGAN, B. F. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

MUSSWEILER, T.; STRACK, F. The semantics of anchoring. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 86, n. 2, p. 234-255, 2001.

NOGUEIRA, J. M; MEDEIROS, M. A. A; e ARRUDA, F. S. T. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empiricismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.17, n.2, p.81-115, maio/ago, p. 81-115, 2000.

ORNELAS, D. G.; FREIRE, F. S.; BARBOSA, G. C. Custo do aluno dos cursos de ciências contábeis do sistema UAB. **Revista da FAE**, v. 15, n. 1, p. 166-183, jan./jun. 2012.

PEARCE, D. **Economic values and the natural world**. Londres: Earthscan Publications, 1993.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria: Modelos e previsões**. São Paulo: Campus, 1998.

POTTER, B. Financial accounting reforms in the Australian public sector: an episode in institutional thinking. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15 n.1, pp. 69-93, 2002.

PUGAS, M. A. R. **Valoração contingente de unidades de conservação: avaliando a DAP espontânea e induzida da população de Rondonópolis (MT) pelo Horto Florestal**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em gestão econômica do meio ambiente)-), Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

ROBLES JR. A.; BONELLI, V. V. **Gestão da qualidade e do meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, C. A. T. **Custos no setor público**. Brasília: UnB, 2007a.

SILVA, C. A. T.; MIRANDA N. A (Organizadores). **Manual: modelo de apuração de custos da UnB**. Brasília: FUB/Fundação Universidade de Brasília, 2005.

SILVA, J. R. **Métodos de valoração ambiental: uma análise do setor de extração mineral**. 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2003b.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPITZCOVSKY, C. **Direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2003.

STAMPE, M. Z.; TOCCHETTO, D. G.; FLORISSI, S. Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre. Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. 1 CD-ROM.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Editora Harbra, 2001.

SUNDFELD, C.A. **Fundamentos de direito público**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

TEIXEIRA, A. **A universidade de ontem e hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TONETTO, Leandro Miletto, *et al.* O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Revista de Estudos de Psicologia**, Campinas, v.23, n.2, p. 181-189, abril/junho, 2006.

TUKEY, J. W. **Exploratory data analysis**. Lebanon, Indiana, U.S.A.: Addison Wesley, 1977.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Extensional versus Intuitive reasoning: The conjunction fallacy in probability judgement. **Psychological Review**. v. 90, p. 293-315, 1983.

VASCONCELLOS, P. G. **Método da valoração contingente**: sobre a validade de preferências, cenários e agregação. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.

WILD, S. Accounting for heritage, cultural and community assets: an alternative metrics from New Zealand Māori Education Institution. **Australian Accounting Business and Finance Journal**, v. 7, n. 1, p. 3-22, 2013.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2010.